



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**

**Estado do Espírito Santo**

---

### **RELACI – ANEXO III - D - CONTAS DAS MESAS DIRETORAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS**

### **MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

**Emitente:** Unidade de Controle Interno - Câmara Municipal de Sooretama/ES

**Entidade:** Câmara Municipal de Sooretama/ES

**Gestor responsável:** Klysmamm Marcelino Machado Pereira

**Exercício:** 2019

### **INTRODUÇÃO**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para verificação documental, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Estado do Espírito Santo**

1. Itens de abordagem prioritária						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa - realização sem prévio empenho	Processos de despesas - 271 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	R\$ 2.317.656,32	R\$ 2.317.656,32
Obs; todas as despesas foram realizadas com emissão de prévio empenho.						
1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	R\$ 277.275,79	R\$ 277.275,79
Obs; as despesas previdenciárias patronais (RGPS) têm sido registradas observando o regime de competência.						
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos	R\$ 277.275,79	R\$ 277.275,79



## CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

### Estado do Espírito Santo

			competência	patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.		
Obs; a Câmara Municipal de <b>Sooretama/ES</b> é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil.						
1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Pagamentos N°s 025, 081, 134, 176, 217, 262, 300, 345, 395, 425, 467, 489, 527.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local de Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 00,0	R\$ 00,0
Obs; não ocorreram em 2019 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.						
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Pagamentos N°s 024, 082, 135, 177, 218, 263, 301, 346, 396, 426, 468, 490, 528.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$ 134.591,68	R\$ 134.591,68
Obs; as contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil.						
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Todos os processos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados	R\$ 00,0	R\$ 00,0



**CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Estado do Espírito Santo**

			Regime de competência	como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas		
Obs; não houve parcelamento de débitos previdenciários no exercício em questão.						
1.2.8	Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Todos os processos	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	R\$ 00,0	R\$ 00,0



## CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

### Estado do Espírito Santo

Obs; não houve Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.

#### 1.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário.	Tabelas mensais oriundas dos Sistemas Informatizados de Almoxarifado e Patrimônio e Balanço Patrimonial.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Bens em Estoque: <b>R\$ 21.165,95</b>  Bens Móveis: <b>R\$ 156.771,71</b>  Bens Imóveis: <b>R\$ 741.947,81</b>  Bens Intangíveis: <b>R\$ 0,00</b>	Bens em Estoque: <b>R\$ 21.165,95</b>  Bens Móveis: <b>R\$ 156.771,71</b>  Bens Imóveis: <b>R\$ 741.947,81</b>  Bens Intangíveis: <b>R\$ 0,00</b>

Obs; as demonstrações contábeis da Câmara Municipal de Sooretama/ES correspondem à integralidade dos bens em estoque e dos bens móveis que possuímos em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação e avaliações realizadas.

1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is)	Bens Móveis: <b>R\$ 156.771,71</b>  Bens Imóveis: <b>R\$ 741.947,81</b>  Bens Intangíveis: <b>R\$ 0,00</b>	Bens Móveis: <b>R\$ 156.771,71</b>  Bens Imóveis: <b>R\$ 741.947,81</b>  Bens Intangíveis: <b>R\$ 0,00</b>
-------	--	--	--------------------------	--	---	---



## CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

### Estado do Espírito Santo

				por sua guarda e administração.		
Obs;A Câmara Municipal de Sooretama/ES tem mantido registrados e controlados os bens que possui, sendo que na estrutura administrativa do órgão, o departamento responsável por sua guarda e Almoxarifado e Patrimônio, responsável pela alimentação no sistema de todos os dados e pela Comissão de Inventário Anual constituída pela Portaria nº 065/2019.						
1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação.	12 repasses de R\$ 237.000,00 referentes a duodécimos mensais, livro Caixa e extratos bancários.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 2.844.000,00	R\$ 2.844.000,00
Obs; as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 278, Conta Corrente/Aplicação 8299760.						
1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	12 repasses de R\$ 237.000,00 referentes a duodécimos mensais, livro Caixa e extratos bancários	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício	R\$ 2.844.000,00	R\$ 2.844.000,00
Obs; as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados pelo Departamento Contábil/Financeiro.						
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato		LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram	R\$ 00,0	R\$ 00,0



## CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

### Estado do Espírito Santo

				parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.		
Obs; não se aplica ao exercício em questão.						
1.4. Limites constitucionais e legais						
Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Folhas de Pagamento Mensais e Guias Mensais SEFIP, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ 1.674.638,52	R\$ 1.674.638,52
Obs; os limites de Despesas com Pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, pois na esfera municipal não poderiam exceder a 6 % (seis por cento) para o Legislativo. Assim, o valor apurado de <b>R\$ 1.674.638,52</b> (uma milhão e seiscentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos) correspondente ao valor das Despesas com Pessoal está dentro dos limites, correspondendo a 2,18 % (dois inteiros e dezoito centésimos) de uma RCL de <b>R\$ 79.909.300,53</b> (setenta e nove milhões novecentos e nove mil trezentos reais e cinquenta e três centavos).						
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato	Folhas de Pagamento Mensais, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	R\$ 1.674.638,52	R\$ 1.674.638,52
Obs; não houve aumento das despesas onde foram observados os limites constitucionais legais.						
1.4.9	Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato		LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Estado do Espírito Santo**

				peçoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.		
--	--	--	--	--	--	--

Obs; não se aplica ao exercício em questão.

1.4.10	Despesas com peçoal - limite prudencial - vedações	Folhas de Pagamento Mensais, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com peçoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	R\$ 1.674.638,52	R\$ 1.674.638,52
--------	---	---	---	---	---------------------	---------------------

Obs; As despesas totais com peçoal, no valor de **R\$ 1.674.638,52** (uma milhão e seiscentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos), **NÃO** excederam a 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo permitido para o Poder, **R\$ 4.383.830,13** (quatro milhões e trezentos e oitenta e três mil e oitocentos e trinta reais e treze centavos).

1.4.11	Despesas com peçoal - extrapolação do limite - providências / medidas de contenção	Folhas de Pagamento Mensais, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com peçoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$ 1.674.638,52	R\$ 1.674.638,52
--------	--	---	---	---	---------------------	---------------------

Obs; as despesas totais com peçoal **NÃO** ultrapassaram o limite de **R\$ 4.383.830,13** (quatro milhões e trezentos e oitenta e três mil e oitocentos e trinta reais e treze centavos), correspondente aos 6% (seis por cento) estabelecido no artigo 20 da LRF, para o Poder Legislativo Municipal, visto que estamos no percentual de 2,18 % (dois inteiros e dezoito





**CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Estado do Espírito Santo**

centésimos). NÃO houve extrapolação dos limites, nem prudencial nem máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, no Poder Legislativo, portanto, não havendo medidas de contenção.

1.4.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	Folhas de Pagamento Mensais, observando a Receita Corrente Líquida do Município	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservado a inexistência: I - De prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - De autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as	R\$ 1.674.638,52	R\$ 1.674.638,52
--------	---	---	--------------------------	---	---------------------	---------------------



**CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Estado do Espírito Santo**

				sociedades de economia mista.		
--	--	--	--	-------------------------------	--	--

Obs; a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras sempre se deu com autorização por Lei e observando a existência de prévia dotação orçamentária suficiente, bem como, autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Aumento de Remuneração:**

- Lei N° 955/2019 de 09 de agosto de 2019, altera o anexo I da Lei Municipal 696/2013, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Sooretama.

- Lei N° 952/2019 de 29 de julho de 2019, altera o anexo I da Lei Municipal 696/2013, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Sooretama.

**Concessão de Vantagem:**

- Lei N° 978/2019 de 02 de dezembro de 2019, concede abono salarial aos servidores públicos da Câmara Municipal de Sooretama.

1.4.13	Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento	Folhas de Pagamento Mensais.	de CRFB/88, art. 29 - A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	R\$ 1.395.035,47	R\$ 1.394.788,21
--------	--	------------------------------	--------------------------------	--	------------------	------------------

Obs; o gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de **R\$ 1.395.035,47** (um milhão e trezentos e noventa e cinco mil e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos), NÃO ultrapassando, portanto, os 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência duodécimos no exercício, que foi de R\$ 2.844.000,00 (Dois milhões e oitocentos e quarenta e quatro mil reais), ficando em **49,05 %**.

1.4.17	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores – fixação	Empenhos nº 032, 073, 098, 121, 138, 164, 176, 199, 218, 237, 252, 267.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	R\$ 568.552,50	R\$ 568.552,50
--------	--	---	------------------------------	--	----------------	----------------



**CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Estado do Espírito Santo**

Obs; a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.						
1.4.18	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento	Pagamentos nº 019, 066, 0110, 164, 198, 240, 282, 321, 367, 415, 449, 502.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	R\$ 568.552,50	R\$ 568.552,50
Obs; os pagamentos de subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, ou seja, em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores poderia ser trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais, o que foi expressamente observado.						
1.4.19	Despesas com pessoal - remuneração vereadores	Empenhos nº 032, 073, 098, 121, 138, 164, 176, 199, 218, 237, 252, 267. Pagamentos nº 019, 066, 0110, 164, 198, 240, 282, 321, 367, 415, 449, 502.	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	R\$ 568.552,50	R\$ 568.552,50
Obs; O total da despesa com a remuneração dos Vereadores foi de <b>R\$ 568.552,50</b> (quinhentos e sessenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), NÃO ultrapassando o montante de 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do Município, apurada em <b>R\$ 79.909.300,53</b> (setenta e nove milhões novecentos e nove mil trezentos reais e cinquenta e três centavos) para o exercício de 2019, representando apenas 0,71 % daquele valor.						
1.4.20	Poder Legislativo Municipal - despesa total	Empenhos - 01/271	CRFB/88, art. 29 - A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das	R\$ 2.231.646,47	R\$ 2.231.646,47



## CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

### Estado do Espírito Santo

				transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.		
--	--	--	--	--	--	--

Obs; o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os Subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, totalizando **R\$ 2.231.646,47** (dois milhões e duzentos e trinta e um mil e seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

#### 1.5. Demais atos de gestão

Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE	Arquivos exigidos pela IN TC Nº 43/2017 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais	IN regulamentada ora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos exigidos pela IN TC Nº 43/2017 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais	Arquivos exigidos pela IN TC Nº 43/2017 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais

Obs; os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo III, alínea "D", da IN 43/2017, regulamentadora da remessa de prestação de contas anual.

#### 2. Itens de abordagem complementar

##### 2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.11	Execução de despesas - créditos orçamentários	Total do Orçamento para 2019: R\$ 2.844.000,00	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Estado do Espírito Santo**

				ou adicionais.		
Obs; NÃO foram realizadas despesas, tampouco houve assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.						
2.2.13	Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura	R\$ 2.844.000,00	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	R\$ 265.000,00	R\$ 265.000,00
Obs; houve abertura de crédito adicional suplementar no Poder Legislativo com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes, no valor de R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais).						
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	R\$ 2.844.000,00	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Obs; não ocorreu no exercício em questão.						
2.2.30	Despesa - realização de despesas - irregularidades	271 Empenhos	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Obs; NÃO foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, por parte do Poder Legislativo Municipal.						
2.4. Limites constitucionais e legais.						



**CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Estado do Espírito Santo**

Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.4.1.	Transferências voluntárias - exigências	Não ocorreu em 2019.	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Obs; NÃO realizamos transferências voluntárias na Câmara Municipal de Sooretama/ES

2.4.3	Dívida pública - originalmente superior ao limite - redução do valor excedente	Não ocorreu em 2019.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	--	----------------------	--	---	----------	----------

Obs; NÃO temos Dívida Pública na Câmara Municipal de Sooretama/ES

**2.5. Gestão Previdenciária**

Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
--------	--------------------------	--------------------------------------	------------	--------------	-------------------------------	---------------------



## CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

### Estado do Espírito Santo

2.5.2.	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Não temos RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
--------	---	----------------	--	--	----------	----------

Obs; NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social, por isso as contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.

2.5.5.	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Sem dados ao RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao <b>RPPS</b> , nas unidades gestoras	Sem dados a declarar	Sem dados a declarar
--------	---	-------------------	--	--	----------------------	----------------------

Obs; a Câmara Municipal de Sooretama/ES não possui RPPS.

2.5.7.	Servidores cedidos	Sem dados a declarar	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Sem dados a declarar	Sem dados a declarar
--------	--------------------	----------------------	--	--	----------------------	----------------------

Obs; A Câmara Municipal de Sooretama/ES não cedeu nenhum servidor a outro órgão.

#### 2.6. Demais atos de gestão

Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.6.4.	Pessoal - teto	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro 2019.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao	R\$ 1.674.638,52	R\$ 1.674.638,52



**CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Estado do Espírito Santo**

				disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.		
Obs; O teto remuneratório (subsídio do Prefeito estipulado em R\$ 12.000,00 – doze mil reais) dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.						
2.6.5.	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro 2019.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	R\$ 1.674.638,52	R\$ 1.674.638,52
Obs; NÃO houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias não autorizadas por lei específica. O pagamento de JETONS não se aplica ao item avaliado (EC nº 50, de 2006).						
2.6.6.	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Empenhos; 1-EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. 005 2-C F PEIXOTO VISION MULTIMÍDIA 022. 3-MICRO SUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA MEE 025. 4-LINHARES SERVIÇOS ON LINE 080. 5-AGAPE ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME 0126.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Empenhado R\$ 56.484,00	Empenhado R\$ 56.484,00
Obs; as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.						





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**

### **Estado do Espírito Santo**

---

#### **1.2. Constações e proposições**

Com base na documentação analisada, nos procedimentos operacionais que acompanhamos e nos relatórios que recebemos do Departamento Contábil-Financeiro da Casa, não constatamos falhas, irregularidades ou desperdícios no decorrer do exercício.

As despesas com obrigações patronais previdenciárias foram detalhadas mensalmente, evidenciando-se a parte do empregado (descontada do servidor) e a parte do empregador, sendo pagas conforme guias arquivadas no Departamento Contábil-Financeiro.

#### **1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal**

A Câmara Municipal de Sooretama atendeu os limites previstos na Constituição Federal, quanto às necessidades administrativas do Poder e aos preceitos da responsabilidade fiscal.

A Constituição Federal, em seu art. 29-A, estabelece:

*“Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:*

*...*

*I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;”* [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\).](#)



**CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**Estado do Espírito Santo**

---

**DO PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. **KLYSMAMM MARCELINO MACHADO PEREIRA**, Chefe do Poder Legislativo do Município de Sooretama/ES, relativa ao exercício de 2019.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR**.

Sooretama/ES 30 de março de 2020

**Ramon Marcos Medeiros Santos**  
CONTROLADOR INTERNO